

Contingências e mediações do Valor Universal Excepcional:

interseções entre o local, o internacional e o
universal a partir de dois parques naturais do
patrimônio mundial

Contingences et médiations de la Valeur Universelle
Exceptionnelle: le local, l'international et l'universel
dans deux parcs naturels du patrimoine mondial

Igor Babou*

RESUMO: O processo de patrimonialização de parques naturais pela UNESCO pode ser definido antes pela heterogeneidade e por articulações e deslocamentos entre natureza e cultura, do que por "valores" ou por categorias puras e homogêneas, fixas e em oposição, as quais imporiam um valor universal como evidência. A atribuição do Valor Universal Excepcional depende, então, em grande parte de contingências locais e de mediações internacionais. A pesquisa conduzida em dois parques naturais habitados, um na Argentina e outro em La Réunion, ambos reconhecidos pela UNESCO por sua biodiversidade, revelou uma diversidade de escalas territoriais de ação, a confrontação de normas e usos, e a circulação de representações ligando o local ao internacional. Assim, é por meio de uma tessitura heterogênea de operadores de legitimação, de discursos e de saberes, e mesmo da intervenção imprevisível de uma espécie animal que se revela este jogo de estratégias humanas em torno da patrimonialização.

Palabras chave:
parques naturais,
patrimonialização,
UNESCO, mediações,
deslocamentos.

I ntroducción

Os parques naturais são híbridos entre natureza e cultura. Eles mobilizam saberes, suscitam o debate público, são regidos por normas de proteção do ambiente e implicam concepções do patrimônio. São também espaços

físicos submetidos a dinâmicas naturais. O cruzamento de dimensões do saber, da política, da natureza e da identidade no seio de territórios administrados por uma instituição faz deles bons indicadores de mudanças sociais. Com efeito, constatamos a diversidade de escalas territoriais de ação, a confrontação de normas e usos, e a circulação de representações que ligam o local ao internacional.

As pesquisas que fiz na Argentina¹, e mais recentemente em La Réunion², abordam parques habitados. Observei então práticas de pessoas que lá vivem ou que se acham implicadas nas dinâmicas desses territórios. Trata-se tanto de habitantes quanto de cientistas, operadores de turismo, ONG's e outros. Pesquisei um parque natural regional argentino, classificado como patrimônio mundial em 1999 por sua biodiversidade marinha (a Península Valdés), e o Parque Nacional de La Réunion, o qual foi criado em 2007 e classificado pela UNESCO em 2010 por suas paisagens e sua biodiversidade vegetal.

1 Babou, Igor. *Disposer de la nature – Enjeux environnementaux en Patagonie argentine*, Paris : L'Harmattan, 2009.

2 Trabalho em curso, ainda inédito em termos de publicação.

3 Por « mediações », concebo o conjunto de elementos – pessoas, discursos, organizações, objetos, dispositivos, etc. – que se intercalam no que se pode descrever em um primeiro momento de análise como oposição no seio de uma estrutura, e não a prática profissional que se supõe resolver, por uma ação de comunicação, uma distância vivida como problemática entre os agentes. Aprofundarei posteriormente minha reflexão sobre as origens conceituais de uma definição que se aproxima daquela de Hennion (Hennion, Antoine. *La passion musicale. Une sociologie de la médiation*, Paris : Métailié, 1993)

A partir de pesquisas de campo etnográficas realizadas nesses parques, descreverei a princípio as mediações que articularam as dimensões local e internacional no momento de sua construção patrimonial³. Para tanto, proponho duas etapas de análise que parecem importantes: os deslocamentos (de pessoas e de espécies de animais), e os dispositivos internacionais de enquadramento. Assim, mostrarei que as identidades locais nesses contextos de patrimonialização são enquadradas também por dispositivos internacionais, tanto quanto por discursos com pretensão universal. Esses contextos de forte heterogeneidade e de imbricações de escalas desafiam a adequação do conceito de “valor universal excepcional” tal como foi elaborado pela UNESCO. Concluirei este artigo com uma reflexão sobre os desafios epistemológicos e políticos da análise dessas mediações.

Analisar a complexidade de mediações

Em três domínios de ação, de controvérsias e de circulação das representações que constituem os saberes, bem como a proteção do ambiente e as concepções de patrimônio, encontramos discursos de atores e de textos da UNESCO que mobilizam oposições conceituais inscritas em uma tensão entre o polo do “universal” e aquele reconhecido como “local”. Assim, o saber elaborado e o saber jurídico (reconhecidos como universais) supostamente opõem-se ao saber prático (enraizado no local e, às vezes, associado à autoctonia). A natureza selvagem (representando um valor universal) se distinguiria da natureza organizada (inscrita nas ações do Homem). O endemismo (característica local, em particular nas ilhas) é oposto pelos biólogos às “invasões biológicas” (ligadas à globalização). Ou ainda, as culturas tradicionais (supostamente fixas no tempo e no espaço) se confrontariam

com a modernidade (que se caracterizaria pela globalidade, circulação e evoluções)⁴. Esses sistemas de oposição contêm modalizações: a modernidade pode assim ser criticada quando certos discursos a comparam à “boa gestão” do ambiente de povos “tradicionais”.

Conceitos associados intervêm, complexificando às vezes a análise destas oposições: assim, o local pode ser amalgamado à reflexão sobre etnicidade. Essas formas discursivas baseadas em oposições lembram aquelas que eu já havia estudado em discursos sobre a racionalidade⁵, ou ainda os discursos sobre imagem⁶. Frequentemente nestas formulações discursivas, a estruturação das representações sob a forma de oposição não é entanto específica de um pensamento do senso comum, mas concerne igualmente àquele de caráter elaborado: basta pensar, por exemplo, no estruturalismo.

Sistemas de oposição têm sua justificativa na organização de uma relação com o mundo e o analista de discursos e de sociedades não deve criticá-los como representações: sua descrição proporciona informações importantes sobre as sociedades e as narrativas que elas mobilizam. Mas quando se trata de elaborar modelos teóricos para dar conta da complexidade das relações sociais ou das formas discursivas, esse binarismo traz sérios problemas. A análise dos discursos e de práticas sociais mostra que se encontra muito mais heterogeneidade e complexidade do que oposições simples, e que os ideais-tipo ou os saberes puros colocados sobre eixos de oposição têm dificuldades de dar conta das dinâmicas sociais e discursivas ou, inversamente, dos processos de estruturação de uma sociedade ou de um gênero discursivo.

Sem entrar neste momento na discussão dos problemas colocados pelo pensamento estrutural e sem desenvolver também uma leitura das teorias da complexidade que poderíamos mobilizar para nos afastar dos desafios impostos por esta pesquisa, contentar-me-ia em tornar mais precisa a ideia de que minha abordagem tem sempre consistido no estudo de processos heterogêneos, imbricações e mediações⁷. Por isso, vou questionar a oposição “local versus universal” no contexto da patrimonialização da natureza sob o ângulo das mediações que instituem essas oposições, e sobre a base de observações de campo também distanciadas tanto quanto possível de ideais-tipo.

As mediações que articulam o local ao valor universal excepcional

A inscrição de um bem natural na Lista do Patrimônio Mundial necessita, segundo o léxico dos gestores de ambiente, uma “ferramenta de gestão”: um parque nacional ou um parque regional. A possibilidade de atribuir um

4 Para além dos discursos de atores que podemos coletar por meio de entrevistas ou observações, e se colocamos de lado a Convenção de 1972 a qual define o polo do universal, encontramos esse tipo de oposição de maneira mais ou menos explícita na maioria dos textos e convenções internacionais da UNESCO, desde os anos 1990: « Convenção sobre a diversidade biológica » (1992), « Nossa diversidade criativa » (1996), « Convenção pela conservação do patrimônio cultural imaterial » (2003), « Declaração sobre o direito dos povos autóctones » (2007) « Protocolo de Nagoya sobre o acesso a recursos » (2012), « Orientações que devem guiar a aplicação da Convenção do Patrimônio Mundial » (2012)

5 Babou, Igor. *Le cerveau vu par la télévision*, Paris : Presses Universitaires de France, 2004.

6 Babou, Igor, De l'image comme catégorie à une approche communicationnelle globale, *Communication & langages* n° 157, septembre 2008, p. 37-48.

7 Por muito tempo inscrita na fenomenologia de Ch. S. Peirce, a qual é uma tentativa de teorização acerca da complexidade, acha-se hoje emprestada à etnologia, cruzando assim uma reflexão fenomenológica com trabalhos muito en-

raizados na pesquisa de campo. Para uma exploração dessa abordagem, ver por exemplo: Le Marec, Joëlle et Babou, Igor, « De l'étude des usages à une théorie des 'composites': objets, relations et normes en bibliothèque », in: Emmanuel Souchier, Yves Jeanneret et Joëlle Le Marec [sob a dir.de], *Lire, écrire, récrire – objets, signes et pratiques des médias informatisés*, Paris : BPI/Centre Pompidou, 2003, p. 233-299. Ver também Babou, Igor e Le Marec, Joëlle, Les pratiques de communication professionnelle dans les institutions scientifiques: processus d'autonomisation, *Revue d'Anthropologie des Connaissances*, Vol. 2, n° 1 2008/1 – Varia, mai 2008.

8 Ver por exemplo: Absi, Pascale, 2005, *Patrimoine et conflits sociaux : l'exemple de la défense de la montagne minière de Potosi, Bolivie*, *Espaces et sociétés*, 2005/1 n° 119, 199-214 ; Ramousse, Didier et Salin, Elodie, 2007, Aires protégées des périphéries sud-américaines: entre réserves stratégiques et valorisation patrimoniale, *Monde en développement*, 2007/2, n° 138, 11-26 ; Cousin, Saskia et Martineau, Jean-Luc, 2009, Le festival, le bois sacré et l'Unesco. Logiques politiques du tourisme culturel à osogbo (Nigeria), *Cahiers*

“valor universal excepcional” a um determinado sítio depende então das características dessa ferramenta de gestão. Quando nos interessamos pela gênese de um sítio do patrimônio mundial, como fiz na Argentina e em La Réunion, ou estudando monografias de sítios da UNESCO⁸, constatamos que essa gênese se inscreve frequentemente em períodos de dez anos e em dinâmicas complexas de atores. Constatamos igualmente que o Valor Universal Excepcional se constrói pela confrontação e circulação de saberes: saberes científicos naturalistas, das ciências humanas e sociais, práticos ditos “locais”, administrativos e gestionários, comunicacionais, etc. Os textos jurídicos que definem o valor universal de um território são a conclusão normativa dessas interações de atores, de saberes e de concepções da natureza e do patrimônio.

Os deslocamentos como mediações da relação com a natureza

A pesquisa etnográfica que conduzi na Patagônia argentina se situou em uma península classificada em 1999 pela UNESCO por sua proteção à biodiversidade marinha, e em particular pela população de baleias brancas nessa área. Um único vilarejo de 400 habitantes existe nesta península: Puerto Pirâmides. Há uma centena de quilômetros desse vilarejo, encontramos uma cidade industrial de 80 000 habitantes: Puerto Madryn.

Para que a Península Valdés fosse considerada como um *hot spot* de biodiversidade marinha e reconhecida como um lugar de alto turismo internacional e para que os responsáveis por projetos se encarregassem da sua patrimonialização, foi necessária toda uma série de deslocamentos de populações, de acadêmicos, de estrelas midiáticas e esportivas: pude reconstituir isso a partir de testemunhos e de documentos de arquivo. Vou resumir então tais deslocamentos, os quais foram descritos em detalhes no livro publicado a partir desta pesquisa⁹.

A princípio, podemos distinguir três fases sucessivas de povoamento do vilarejo de Pirâmides. No século XIX, operários vindos do Norte da Argentina aí se instalaram para abater leões marinhos, caçar baleias, explorar salinas e fazer a criação de carneiros. Um rápido crescimento demográfico levou o vilarejo a atingir 1000 habitantes, cujas habitações pareciam um acampamento por vezes bastante precário. Uma linha ferroviária foi instalada entre as salinas do centro da península e o vilarejo a fim de transportar o sal e os operários. Em seguida, a queda do preço da lã, nos anos 1920, criou diversos outros fenômenos econômicos e estruturais regionais. O vilarejo se esvaziou e a partir dos anos 1930, não contando mais do que cinquenta habitantes que viviam na precariedade.

No fim dos anos 1960, uma segunda fase de povoamento se iniciou. Algumas pessoas vindas de outras cidades, mergulhadores esportivos, todos apresentando formação universitária e saídos de famílias ricas da oligarquia argentina instalaram-se no vilarejo e criaram uma nova atividade artesanal e familiar: as visitas às baleias de barco (*A avistaje*).

No fim dos anos 1990, ocorreu a terceira fase de povoamento: uma onda mais importante de populações vinda igualmente de grandes cidades se instalou. Contrariamente à fase precedente, estes migrantes não tinham nenhuma bagagem de conhecimento formal, nem econômica. Na melhor das hipóteses, apresentavam diploma do ensino fundamental. Eles trabalharam como empregados para as seis empresas de *A avistaje*, a qual tinha sido criada pelos desportistas chegados antes deles. Esta atividade econômica tornou-se importante: ela trazia, a cada ano, várias centenas de milhares de pessoas a partir do vilarejo de Pirâmides. Tornou-se assim um dos motores da economia do estado provincial do Chubut. Em cada caso, foram então populações vindas de longe (colonizadores, ou argentinos vindos do Norte e das cidades) que convergiram em direção a esse território considerado como selvagem, a fim de explorar seus recursos naturais a partir de suas fronteiras pioneiras.

Em paralelo a esses deslocamentos de população e para entender bem a construção progressiva da Península como território dedicado ao ecoturismo e à patrimonialização ambiental, é preciso igualmente considerar o deslocamento de figuras midiáticas e de acadêmicos. Jules Rossi, francês, campeão internacional de mergulho esportivo, chegou assim a Puerto Madryn em 1956. Ele mergulhou sob as ordens de Cousteau durante a guerra. Contribuiu para a tomada de consciência de jovens mergulhadores esportivos locais acerca da importância desse litoral. Um entre eles, Antônio Torrejon, engajou-se politicamente em um projeto de desenvolvimento do ecoturismo, tornando-se em seguida ministro do turismo. Em 1970, foi o biólogo americano Roger Payne, inventor da foto-identificação de baleias e especialista no seu canto, quem se instalou na Península Valdés. Financiado pela Fundação de New York, contribuiu para acentuar o interesse dos responsáveis por projetos de desenvolvimento da fauna marinha local, nos quais novamente Antônio Torrejon se encontrava engajado.

Em 1970, Roger Payne gravou as canções de “*Songs of the Humpback whale*”, o disco sobre animais mais vendido no mundo. Em março de 1976, um dossiê do *National Geographic* foi dedicado à Península Valdés com um artigo sobre Roger Payne. Por sua vez, Cousteau chegou à Península em 1972: olhando as baleias se aproximando espontaneamente dos barcos, um mergulhador esportivo responsável pela logística do trabalho e que tinha recentemente

d'Etudes Africaines, 2009/1 n° 193-194, 337-364 ; Vélut, Sébastien, Ménanteau, Loïc et Negrete, Jorge, 2009, Protection du patrimoine naturel et gestion territoriale : la région de Valparaiso. *Cahiers des Amériques Latines*, n° 54-55, Paris, 105-119; Ouallet, Anne, 2009, Vulnérabilités et patrimonialisations dans les villes africaines : de la préservation à la marginalisation, *Cybergeo: European Journal of Geography* [en ligne], Dossiers, Vulnérabilités urbaines au sud, article 455, mis en ligne le 14 mai 2009 [URL : <http://cybergeo.revues.org/22229>]; Berliner, David, 2010, Perdre l'esprit du lieu. Les politiques de l'Unesco à Luang Prabang (rdp Lao), *Terrain* [en ligne], 55, mis en ligne le 30 août 2010 [URL: <http://terrain.revues.org/index14077.html>].

9 Babou, 2009, *Op. Cit.*

10 Martinez Pérez, D. and Guzman, J. Whales and the city: A southern right whale ship strike scenario in Península Valdes? *Paper presented to the International Whaling Commission Scientific Committee*, 2008.

11 Encontramos o mesmo fenômeno na descrição que faz Florence Weber dos jardins operários, que são construídos ao mesmo

tempo como espaços de natureza na cidade e de desenvolvimento de uma identidade operária pelo deslocamento de pessoas importantes da cidade e de sociólogos vindos para estudar os operários nos seus jardins. (Weber, Florence. *L'honneur des jardiniers. Les potagers dans la France du XXe siècle*, Paris, Belin, 1998).

12 Babou, Igor, Le déplacement : une dimension d'analyse et une méthode pour comprendre les relations entre nature, science et société, *Questions de communication* n° 19/2011.

13 Para desenvolver essa crítica que posso somente evocar aqui, ver Babou, Igor, *Rationalité & nature. Une approche communicationnelle, Habilitation à Diriger des Recherches en sciences de l'information et de la communication (soutenue le 10 février 2010)*, Paris : Université Paris 7. Ver também Babou, 2011, *Op. Cit.* Para um dos textos fundadores dessa sociologia da tradução, ver Callon, Michel. Some elements of a sociology of translation: domestication of the scallops and the fishermen of St Brieuc Bay. In: J. Law (dir). *Power, action and belief: a new sociology of knowledge?* London: Routledge, 1986.

chegado por conta da segunda fase de povoamento, teve a ideia de desenvolver uma atividade de transporte dos turistas até as baleias. A Península então se beneficiou de uma construção midiática e do transporte de personalidades da mídia e acadêmicas, as quais contribuíram para sua designação e legitimação como território a patrimonializar e a desenvolver para o ecoturismo.

Mas se nos contentássemos com uma análise em termos de construção social de território, teríamos feito somente a metade do caminho que permitiria compreender retrospectivamente seu desenvolvimento e sua patrimonialização. Porque é preciso também integrar nesta análise um fenômeno ambiental: o deslocamento das baleias. Apoiando-nos em pesquisas realizadas por biólogos¹⁰, constatamos que antes dos anos 1980, as baleias estavam estatisticamente mais localizadas ao norte da Península, em um lugar inexplorável para o turismo. A partir dos anos 1980, elas migraram para o oeste e em seguida para o sul, aonde chegaram ao mesmo momento da segunda onda de povoamento do vilarejo (aquela dos desportistas saídos da oligarquia): tal deslocamento tornou então possível a sua exploração como recurso turístico.

Assim, para que este lugar fosse legitimado e construído como algo socialmente interessante, foi preciso toda uma série de deslocamentos que atraíram a atenção dos empreendedores locais e que o constituíram como um lugar natural, selvagem, oposto à cidade. O deslocamento não era uma simples operação física, ou logística, mas um modo de designação e de legitimação de um território em particular, gestado pela oposição entre cidade e natureza e pela construção patrimonial¹¹. Além disso, desenvolvi essa noção de deslocamento que me parece bem interessante para ultrapassar concepções construtivistas em relação à natureza sem, no entanto, cair no determinismo biológico¹². A consideração do deslocamento de animais, e sua relação cronológica com as fases do povoamento do vilarejo de Pirâmides permitiu igualmente conceder um lugar de “atores” a esses animais sem, no entanto, contentar-me com uma metáfora narratológica, a exemplo da conversão de conchas Saint Jacques em “porta-vozes” de dinâmicas sociais, proposta pela sociologia da tradução de Latour e Callon¹³.

Dispositivos internacionais de enquadramento da patrimonialização local

Na Argentina, são as elites políticas locais e os desportistas que chegaram ao longo dos anos 1970, que contribuíram para desenvolver o turismo como um meio de assegurar o povoamento e a valorização deste território, o qual era concebido até então como um deserto inútil. Para que a UNESCO inscrevesse a Península foi preciso colocar em prática um dispositivo participativo. Foram

os políticos do estado provincial, os empreendedores de turismo e certos atores econômicos que contribuíram para o funcionamento desse dispositivo sem, porém, levar em conta os habitantes do vilarejo¹⁴.

Quando estudamos esse processo participativo em detalhe, constatamos que ele foi anteriormente objeto de intervenções de ONGs ambientalistas e de um especialista do processo participativo que se baseou no modelo de comunicação que circula em nível internacional nos documentos da IUCN. O local (e a visão do desenvolvimento que poderiam ter os habitantes) teve então que se conformar ao enquadramento de um pensamento de gestão e comunicação inscrito nos intercâmbios internacionais de modelo de governança e de debate público.

Podemos igualmente observar mediações internacionais em La Réunion, no âmbito da patrimonialização nacional: foram os políticos locais que impulsionaram a dinâmica de patrimonialização (ao mesmo tempo para o Parque Nacional e para a inscrição junto à UNESCO) e houve uma série de negociações entre agentes do setor da patrimonialização do futuro Parque¹⁵ e a UNESCO para definir a base de comparação entre este e o resto do patrimônio mundial, a fim de designar aquilo que se tornaria o patrimônio natural reunionense. Por exemplo, a escolha entre patrimônio natural e cultural não foi uma decisão espontânea dos atores locais, pois a dimensão exclusivamente natural foi imposta pela UNESCO com base no equilíbrio internacional de bens naturais e culturais inscritos naquele ano. Em seguida, o setor de patrimonialização tinha provado cientificamente o valor universal excepcional de fenômenos destrutivos do vulcão La Fournaise e da paisagem que resultava disso, mas mesmo assim a UNESCO rejeitou a inscrição do vulcão porque vários já tinham sido inscritos na lista do patrimônio mundial. Tudo se passa então como se a UNESCO se comportasse como um gestor de coleções que não desejasse redobrar as suas aquisições.

Enfim, a inscrição dos “circos, picos e muralhas” de La Réunion e o reconhecimento do seu valor universal apoiou-se em uma comparação internacional das características de outros sítios presentes em ilhas tropicais, e não sobre a base de uma argumentação exclusivamente local¹⁶. Provar o caráter excepcional de um sítio impõe efetivamente a comparação com outros sítios sobre a base de critérios homogeneizados no plano internacional e constituindo assim categorias geomorfológicas.

Tais exemplos mostram a articulação de dinâmicas de atores locais e de mediações internacionais para que no fim do processo, um Valor Universal Excepcional seja atribuído a um território. Eles são reforçados

14 Babou, 2009, *Op. Cit.*

15 Esse setor comportava acadêmicos, e recorreu à universidade e a organizações de pesquisa para contribuir com o seu trabalho.

16 Essas informações vêm de uma pesquisa em processo e de entrevistas com os responsáveis pelo projeto do parque e de sua inscrição na Lista do Patrimônio Mundial.

pela análise de monografias sobre sítios reconhecidos pela UNESCO. Essas constatações mostram também que o Valor Universal Excepcional depende de contingências locais e, em particular, de recursos (científicos, midiáticos, etc.) que podem mobilizar responsáveis políticos. Constatamos então frequentemente que as populações locais são deixadas de lado nas tomadas de decisão ou não são associadas a não ser a partir do momento em que a dinâmica é iniciada. Esta pesquisa mostra igualmente que esses recursos não devem ser substancializados, mas que eles dependem de uma legitimação, por exemplo, pelos deslocamentos. Enfim, tudo isso aponta a heterogeneidade e as articulações entre mediações – ao mesmo tempo sociais, discursivas, organizacionais e materiais – que intervêm na patrimonialização de um sítio pela UNESCO. Estamos longe de “valores” ou de categorias puras e homogêneas, fixas, em oposições. O Valor Universal Excepcional depende, então, em grande parte de contingências locais e de mediações internacionais: nenhuma universalidade se impõe como evidência, mas a tessitura paciente, heterogênea e complexa de pertencimentos, de conexões ao território, de operadores de legitimação, de discursos e de saberes, misturando-se inextricavelmente a considerações científicas, estéticas e administrativas, e mesmo à intervenção imprevisível de uma espécie animal integra o jogo de estratégias humanas.

Identities locais enquadradas por mediações internacionais

Simetricamente à constatação de um Valor Universal Excepcional incluído na base de contingências locais articuladas a intercâmbios e dispositivos internacionais, podemos interrogar a maneira pela qual as identidades locais são negociadas no contexto de patrimonialização da natureza. Constatamos na literatura dedicada aos sítios UNESCO que o local – suas identidades, práticas, seus saberes – tornam-se um recurso cultural negociável no campo internacional da valorização turística e patrimonial. No caso de populações autóctones, as monografias de sítios mostram frequentemente a ação de mediadores: ONGs que evoluem no seio de fóruns internacionais de discussão sobre a cultura, a natureza e o patrimônio.

O reconhecimento e a valorização do “local”, do “autêntico” e do “tradicional” pelas instâncias internacionais impõe ainda uma racionalização gestora dos sítios patrimonializados: dossiês complexos a serem elaborados para a inscrição na Lista do Patrimônio Mundial, argumentações científicas a organizar e a apresentar, planos de gestão a serem colocados em prática, dispositivos participativos a engendrar, textos jurídicos a redigir e a estudar, etc.

Os parques sobre os quais trabalhei não comportavam uma população autóctone, mas migrantes da Argentina ou, no caso do centro habitado do Parque Nacional de La Réunion, no circo de Mafate, de descendentes de escravos ou de “créolos” brancos empobrecidos. Observei como, em relação aos parques abrigando autóctones, as identidades locais devem se exprimir em condições e no âmbito de retóricas e saberes com pretensão universal.

Por exemplo, em La Réunion, o Parque almeja valorizar o modo de vida “tradicional” dos descendentes de escravos fugitivos e “branquinhos” que moram em Mafate, sem acesso rodoviário, nem outra forma de eletricidade a não ser a solar, e a meio dia de distância de caminhada de qualquer cidade. Esse modo de vida se faz acompanhar de saberes igualmente ditos “tradicionais”¹⁷, em particular saberes botânicos. Segui em campo os responsáveis pelo Parque, os quais apresentaram o projeto de regulamento do lugar aos habitantes de Mafate.

Esses agentes se engajaram em nome de uma ética democrática e de uma ação generosa em relação aos habitantes. Mas eles próprios foram tomados por um paradoxo que fez com que, somente com base na existência recente do Parque (2007) e de sua inscrição pela UNESCO (2010), fosse concedido pela primeira vez um estatuto jurídico aos habitantes de Mafate. Embora eles tenham vivido neste lugar há várias gerações, foi somente com a regulamentação do Parque que eles talvez tenham adquirido a possibilidade de perenizar oficialmente a sua moradia e de dispor de uma governança específica. Tenho ainda de cabeça a crueza das observações dos habitantes de Mafate, muito surpresos pelo reconhecimento tão tardio do seu estatuto de habitantes.

Além disso, o regulamento foi objeto de uma pesquisa pública em toda La Réunion. Ora, este regulamento que colocava em relevo o caráter autêntico, cultural e ecológico do modo de viver dos habitantes de Mafate, foi redigido em uma linguagem jurídica, difícil de compreender, contando com 200 páginas. Em um contexto de forte analfabetismo, em face de uma população creolófona, por vezes pouco escolarizada, tal documento não foi traduzido na língua deles. No entanto, foi com base desses textos jurídicos complexos que se pediu aos habitantes de se pronunciar sobre seu futuro. Jamais foi imaginado o movimento inverso, o qual partiria de conhecimentos locais para induzir um estatuto patrimonial e uma proteção jurídica. Era o local que devia se conformar ao universal com base em mediações (neste caso, o regulamento, as consultas participativas, a pesquisa pública, etc.) que funcionaram como operadores da transformação social e da assimilação cultural.

Outra observação segue no mesmo sentido: na Argentina, segui o trabalho e o discurso de guias que acompanhavam os turistas nos barcos para visitar as

17 Nenhuma população fica fora das evoluções históricas, mesmo que ela se pense como enraizada numa tradição. Os Mafatenses são plenamente conscientes da « bricolagem » que operam entre os polos da tradição e da modernidade, e não raro é possível encontrar pelas trilhas um jovem habitante escutando rap US, com um smartphone de última geração. Um dos meus informantes ironizava acerca da importância de falar de Mafate em termos de « tradição e modernização »...

baleias. Em nenhum momento, escutei referências nem à identidade, nem aos saberes locais. No entanto, seu modo de vida, o qual reiterava o percurso e a vida difícil dos pioneiros do século XIX¹⁸, poderia ter sido valorizada. Todo o discurso dos guias repousava sobre a vulgarização do discurso científico sobre as baleias. A mesma coisa ocorria no caso dos *focus groups* que tinham sido organizados por uma ONG com a proposta de financiar um centro de interpretação no vilarejo: em todos os debates, a questão principal da parte dos habitantes tratava da exposição naturalista e não da valorização de uma identidade ou do saber-fazer local. Os habitantes pareciam ter naturalizado o único “discurso legítimo” concernente à Península que era um aquele de vulgarização científica. Enfim, o discurso dos guias de turismo sobre as baleias era atravessado por estereótipos da comunicação profissionalizada: piadas recorrentes e preparadas anteriormente; modos de enunciação estereotipados diante dos turistas, pedindo-lhes a princípio seu nome, etc.

Nesses dois casos, na Argentina como em La Réunion, as identidades locais apareciam então enquadradas pelos discursos e dispositivos com pretensão universal: o discurso de vulgarização científica, a comunicação profissionalizada, o direito. Paradoxalmente, é no âmbito de normas não locais que as identidades locais são legitimadas ou patrimonializadas, ou ainda se conformam a retóricas universalisantes. Dito de outro modo, o conceito de local em sua oposição ao universal é uma maneira redutora de descrever práticas e representações em curso no contexto patrimonial, se não levamos em conta mediações discursivas e sociais que constroem a ilusão de uma oposição entre esses dois polos.

Conclusão

O que demonstra o enraizamento do Valor Universal Excepcional nas contingências locais e, simetricamente, a construção paradoxal das identidades locais na dinâmica de circulação internacional ou de discursos com pretensão de universalidade, é que a oposição entre o local e o universal repousa sobre mediações que relativizam esta oposição. É somente ocultando tais mediações que se pode acreditar na partilha que pretendem operar os textos da UNESCO entre o local (associado à tradição, aos povos autóctones, aos saberes práticos) e o universal (associado aos saberes elaborados e ao direito).

Esta oposição é característica do pensamento “moderno”, se entendermos por modernidade não a oposição temporal a uma tradição, mas segundo os trabalhos de Hennion¹⁹, Latour²⁰ ou Descola²¹, o pensamento que consiste em operar cortes radicais (“grandes partilhas”) entre objetos e sujeitos, entre natureza e cultura, entre saberes e opinião, e fazê-lo a partir de um ponto de vista que se

18 Os empregados atuais das empresas de *A vistaje* vivem em condições precárias, em caravanas ou em tendas, com acesso limitado à água.

19 Hennion, 1993, *Op. Cit.*

20 Latour, Bruno. *Nous n'avons jamais été modernes. Essai d'anthropologie symétrique*. Paris : La Découverte, 1991.

21 Descola, Philippe. *Par-delà nature et culture*. Paris : Gallimard, 2005 ; Descola, Philippe. *L'écologie des autres. L'anthropologie et la question de la nature*. Paris Quae , 2011.

pretende universal, e que se pretende ainda mais porque ele esconde todas as mediações que construíram na prática essa ilusão universalista.

Os valores abstratos, em particular aqueles do universal, e os ideais-tipo que encontramos na reflexão sobre o patrimônio – no trabalho de Alois Riegl²², por exemplo – assim como a grande partilha entre a definição filosófica de valores culturais e patrimoniais de um lado, e a coleta etnográfica de práticas e saberes locais de outro, são igualmente construídos a partir do ponto de vista moderno.

A tensão entre o local e o universal repousa, no entanto, sobre mediações sociais, discursivas e materiais. Os processos de patrimonialização, nos casos que observei e nas monografias dos sítios UNESCO têm tido como resultado transformar as culturas locais por assimilação às retóricas e aos dispositivos das culturas do universalismo, mais do que de transformar as culturas com pretensão universal. Contrariamente à ideia do senso comum de uma proteção absoluta e de uma perpetuação do mesmo, a patrimonialização e a invenção de um Valor Universal Excepcional apresentam-se, desde que observemos empiricamente seus efeitos e desafios, como ferramentas de transformação social: de desenvolvimento econômico e de assimilação cultural.

Do ponto de vista de uma ética da democracia, se desejamos dar às populações instrumentos de análise para que elas participem verdadeiramente das decisões que concernem ao seu futuro, parece que são as mediações que precisamos descrever e desconstruir, mais do que a oposição filosófica entre o local e o universal. Com efeito, essa oposição deixa bem pouca possibilidade de ação e de compreensão de fenômenos. Há então um desafio político ao situar o âmbito da análise de mediações que organizam as relações do ser humano com a natureza, entre os tipos de saberes mobilizados nesses contextos ou entre sociedades e seu patrimônio. Enfim, parece que é sob a condição de abandonar as formas ideais-típicas de descrição da realidade social e discursiva que as Ciências Humanas e Sociais podem construir uma posição de análise que não seria ela mesma induzida por valores da modernidade. Sem este abandono das grandes partilhas e dos ideais-tipo, as nossas disciplinas permanecem cegas às condições de produção dos seus saberes.

Nesse sentido, o trabalho da patrimonialização natural em áreas culturais pós-coloniais é uma vantagem porque não podemos mais nos refugiar na ilusão de um saber científico que seria neutro do ponto de vista cultural. Os saberes das Ciências Humanas e Sociais (sobre a comunicação, sobre os valores, sobre o patrimônio, sobre a descrição das sociedades e das culturas, ou sobre a análise da governança dos territórios), uma vez que são convertidos em dispositivos de conhecimento especializado, são poderosos operadores da

22 Riegl, Alois. *Le culte moderne des monuments*. Paris : L'Harmattan, 2003 [1903].

transformação das “sociedades-outras”, aquelas que dizemos que repousam sobre saberes locais ou práticos. Não podemos fazer como se o trabalho de descrição de nossas disciplinas não estivesse implicado nos processos de assimilação cultural e de engenharia do social. Parece-me que focalizando a análise nas mediações, podemos dar aos atores os meios de não se deixar enganar por grandes partilhas que paralisam o pensamento e a ação. Apenas isso, já não seria nada mal...

Artigo

Recebido: 30/09/2013

Aprovado: 15/11/2013

Mots-clé: parcs naturels, patrimonialisation, UNESCO, médiations, déplacements.

RÉSUMÉ: Le processus de patrimonialisation par l'UNESCO des parcs naturels peut être défini avant tout par l'hétérogénéité et par les articulations et déplacements entre nature et culture, plus que par des “valeurs” ou des catégories pures et homogènes, fixes et en opposition, lesquelles imposeraient une valeur universelle comme une évidence. L'attribution de la Valeur Universelle Exceptionnelle dépend donc en grande partie de contingences locales et de médiations internationales. La recherche conduite dans deux parcs naturels habités, l'un en Argentine et l'autre à La Réunion, tous deux reconnus par l'UNESCO pour leur biodiversité, a révélé une diversité d'échelles territoriales d'action, la confrontation de normes et d'usages, et la circulation de représentations reliant le local à l'international. Ainsi, c'est à travers un réseau d'opérateurs de légitimation, de discours et de savoirs et même de l'intervention imprévisible d'une espèce animale que se révèle ce jeu de stratégies humaines autour de la patrimonialisation.